

A crise na educação

A observação de que, no Brasil, a educação é o sinal mais evidente da indigência nas concepções políticas do Estado, talvez não fosse necessário repetir, tal o sentido crônico das graves deficiências já diagnosticadas no setor. Mas é força voltar à epígrafe quando inquérito social realizado pelo próprio Ministério da Educação demonstra que a situação é muito mais trágica. De fato, apurou-se que 85 por cento dos jovens entre 15 e 19 anos de idade não têm acesso à escola, enquanto 15 por cento da mesma faixa etária matriculados no 2º grau não recebem formação intelectual ou profissional. Nada poderia ser mais distintivo do caráter marginal da educação brasileira do que semelhante constatação.

É incrível como os planos de desenvolvimento, ao longo da história do País, têm ignorado completamente o fato de que a conquista da prosperidade pressupõe a qualificação do homem para gerar riquezas e geri-las. Nenhum país inserido entre as sociedades industrializadas conseguiu alcançar tal estágio sem investimentos maciços na educação, aqui entendida em sentido amplo para

englobar a instrução e a pesquisa. O exemplo mais conhecido é o do Japão, que saiu da segunda conflagração mundial inteiramente destruído, e, graças a maciças aplicações no aperfeiçoamento do sistema educacional, emergiu como uma das três mais fortes potências econômicas do planeta.

O problema da educação não reside apenas na oportunidade escassa de acesso ao ensino, mas no círculo vicioso dentro do qual está encerrada, com reflexos sociais os mais graves. O cidadão não consegue um bom emprego porque não tem instrução, e não a tem porque não havia escola para ministrá-la, ou forneceu-lhe ensinamentos insuficientes.

O levantamento feito pelo Ministério da Educação no tocante ao acesso escolar só terá utilidade, além de constituir grave denúncia contra a insensibilidade do Estado brasileiro, se instruir alguma política capaz de reverter o quadro desolador. Na dimensão estratégica, o Brasil carece de uma política educacional adequada às carências nacionais e de somas significativas de recursos para torná-la efetiva. O contrário disso é autocondenar-se à estagnação.